

Exmo Senhor Reitor da Universidade do Porto
Exmo Senhor representante de Sua Excelência o Presidente da República
Caros Amigos e Membros do painel
Caro Moderador
Caros Colegas
Caros Estudantes
Minhas Senhoras e meus Senhores

Vamos dar início à terceira Conferência do ciclo “Prioridade à Ciência” que por solicitação de Sua Excelência o Presidente da República o Conselho dos Laboratórios Associados tem vindo a organizar. A conferência de hoje é dedicada à Prioridade às Instituições Científicas. Portugal não tem neste domínio um curriculum muito longo nem muito robusto. Também aqui se manifestam os factores de atraso identificados noutros sectores da nossa sociedade.

E, se é verdade que na década de 90 se verificaram progressos notáveis no reforço e na criação de instituições científicas com base em critérios e em padrões internacionais de exigência, é também verdade que nos últimos dois anos esse esforço tem vindo a ser posto em causa e a mobilização que o tornou possível sofreu um abalo visível.

Estas acções recentes, embora muito preocupantes, alertam-nos, no entanto, para uma realidade que me parece incontornável. O progresso da Ciência enquanto causa pública e a sua aceitação pela sociedade como factor essencial de desenvolvimento social, económico e cultural é responsabilidade principal dos cientistas ancorados em instituições fortes e independentes dos poderes.

É natural que os poderes prefiram instituições fracas e facilmente adaptáveis aos interesses do momento. No entanto a nós, cientistas, porque nos foram dados pela sociedade privilégios especiais no acesso ao conhecimento e, portanto, ao entendimento dos mecanismos subtis que regem as relações em sociedade, cabe o dever cívico de sermos rigorosos e críticos.

A investigação enquanto exercício solitário, realizado dentro das quatro paredes do gabinete ou do laboratório, embora continue a ser fundamental, deixou de ser o modelo dominante. A investigação é hoje em dia predominantemente um exercício conduzido eminentemente por equipas, atravessando fronteiras, recorrendo por vezes a grandes equipamentos, avaliada de acordo com critérios aceites internacionalmente. Para o seu sucesso contribui fortemente o ambiente intelectual e a cultura institucional em que se desenvolve.

Em Portugal os modelos institucionais foram mudando no tempo tentando dar resposta a exigências e requisitos diferentes, e assim, da investigação individual em que a realidade institucional é o próprio investigador, passa-se à investigação

sectorial do estado com a criação dos Laboratórios do Estado, às equipas de projecto suportadas em grupos de investigação (programa mobilizador de ciência e tecnologia JNICT-1987), à organização e gestão da I&D universitária sob a forma de unidades de I&D (programa de financiamento Plurianual de I&D -1996) e à organização estratégica da I&D, através da constituição dos Laboratórios Associados – com início no ano 2000.

A história recente destes desenvolvimentos, a ausência de massa crítica suficiente em alguns domínios científicos, a falta de cultura científica da nossa sociedade e em particular das elites políticas e a grande dependência dos ciclos políticos justificam, em parte, a ainda grande fragilidade das nossas instituições de I&D.

Não há instituições nem sistema científico e tecnológico que resistam e muito menos que se reforcem e desenvolvam sujeitos à instabilidade que lhes é criada pela mudança dos ciclos políticos.

Cabe-nos a tarefa fundamental de contribuir para o reforço e valorização das instituições científicas, afirmando a necessidade de assegurar mecanismos de financiamento estáveis, imunes às mudanças de governos ou de ministros; financiamentos baseados em avaliações científicas independentes e não com base em factores burocráticos arbitrários; aumento da autonomia e responsabilização das instituições; regularidade na abertura de concursos para bolsas e projectos; condições para que as instituições possam oferecer oportunidades de emprego científico aos mais jovens contrariando a fuga para o estrangeiro de recursos humanos talentosos, redução da burocracia que consome energia e tolhe a criatividade.

Enfim, cabe-nos contrariar o que tem sido a realidade prática dos dois últimos anos.

Em que a um modelo de financiamento e avaliação com base *em peer review* com resultados observáveis, muito positivos, se pretende contrapor um outro ao arrepio das boas práticas internacionais e com a introdução de graus de discricionariedade inadmissíveis. A comunidade científica reagiu com um empenhamento invulgar, contribuindo com um elevado número de críticas ao retrocesso implícito nesse modelo.

Em que a um programa de grande impacte, independência e qualidade reconhecidos e até copiados internacionalmente como o “Ciência Viva” se parece pretender contrapor um modelo de divulgação científica governamentalizada e paroquial. A comunidade científica certamente manifestará a sua oposição a este retrocesso. Esta é uma questão demasiado séria para o futuro do país para que se possa aceitar a forma leviana como tem sido tratada.

Em que o incumprimento pelo MCES dos contratos de financiamento firmados com as instituições de investigação, por períodos que chegaram a durar ano e meio, põs em causa não só a execução de actividades e projectos como os planos

estratégicos de longo prazo dessas instituições e a possibilidade da contratação de novos investigadores doutorados que se encontrava planeada.

Em que os financiamentos programáticos das unidades de investigação para o triénio 2003-2005 foram comunicados com um atraso de um ano e meio e corresponderam a um corte superior a 40% do financiamento programático atribuído no triénio precedente.

Em que foi retirada a autonomia financeira aos Laboratórios do Estado, desactivada a correspondente Comissão Internacional de Aconselhamento e Avaliação, interrompido o financiamento de projectos de apoio a estes laboratórios, e aprovadas junções absurdas como a do IPIMAR com o INIA e a do IGM com o INETI.

Em que os concursos para bolsas deixaram de ser abertos duas vezes por ano para passarem a ter uma única edição, desencontrada com os calendários internacionais de concursos para bolsas, e se verificou a redução do número total de bolsas atribuídas.

Em que os concursos para projectos em todos os domínios científicos deixaram de ser abertos com a regularidade habitual.

Em que se verificou (de 2002 para 2004) um decréscimo de 28% na soma dos orçamentos iniciais da FCT e do GRICES, regredindo-os em cerca de quatro anos e meio ao colocá-los entre os valores orçamentados para 1999 e 2000.

Em que se fragilizou a participação dos cientistas portugueses nas organizações científicas internacionais, como por exemplo o ESO e o CERN, bem como as correspondentes oportunidades de fornecimento de bens e serviços por empresas nacionais, por atrasos de dois anos nos pagamentos das quotas devidas a essas instituições pelo Estado.

Em que o acréscimo na burocracia exigida consome a energia e o tempo que é essencial às instituições para cumprirem as suas missões.

A que se junta agora a tentativa de fazer aprovar em Bruxelas a proposta de reprogramação do POCTI sem consulta à comunidade científica como obriga a legislação nacional e as boas práticas comunitárias. A alteração proposta pelo MCES não inclui qualquer aumento significativo de financiamento ao contrário do que foi anunciado. Para além disso o POCTI é o principal programa do QCAIII para financiamento da investigação o que torna ainda mais estranho que se pretenda negociá-lo com a Comissão sem conhecimento da comunidade científica. Nem o Conselho Superior de Ciência, Tecnologia e Inovação, criado pelo Governo, como órgão de consulta da Senhora Ministra da Ciência e do Ensino Superior, foi consultado ou sequer informado sobre aquela proposta.

Temos conosco, para nos ajudar na reflexão que desejamos que estas conferências estimulem, um orador que tem grande experiência na liderança de grandes instituições e que conhece também muito bem alguns sectores do nosso sistema científico e tecnológico. Gostaria de agradecer ao Prof. Contzen, a disponibilidade que manifestou para estar conosco hoje. O Prof. Jean-Pierre Contzen tem um *curriculum* longo pelo que me limitarei a salientar algumas das suas funções institucionais: é Presidente do *Institute of Advanced Studies* da Universidade da ONU em Tóquio, foi Presidente do *International Science and Technology Centre* em Moscovo, Director do *Joint Research Centre (JRC)* da UE e Coordenador da Comissão que realizou a avaliação dos Laboratórios de Estado portugueses.

O painel é constituído pelos presidentes de instituições de grande prestígio e relevância no panorama da Ciência e da Tecnologia. Para eles também o meu agradecimento. Temos ainda finalmente a sorte de poder contar com a colaboração do Eng^o Armando Trigo de Abreu, grande conhecedor dos problemas e das potencialidades das nossas instituições e das suas congéneres internacionais, como moderador do debate. Para ele também um abraço de amizade e o agradecimento do CLA.

Porto, 19 de Julho de 2004

João Sentieiro
Secretário do CLA